

### INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS – IRDR

| Nº | TEMA                                       | TESE   | PROCESSO  | JULGAMENTO |
|----|--|--|---|------------|
| 1  | <b>CORREÇÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS.</b> | Somente devem ser mantidos os títulos judiciais transitados em julgado que já tenham fixado expressamente tanto o índice de correção monetária quanto o de juros de mora. Todos os demais, inclusive transitados em julgado, que tenham definido apenas um deles, devem observar os indexadores fixados pelo STF no julgamento conjunto das ADC n.º 58 e n.º 59; ADI n.º 5867 e n.º 6021 (IPCA-E na fase pré-judicial e Selic na fase judicial), com exceção dos pagamentos (e também dos depósitos judiciais) anteriores a 12.2.2021 - data da publicação da ata de julgamento das ações constitucionais. | <a href="https://trt24.jus.br/consulta/consultaProcesso?processo=0024020-32.2021.5.24.0000">0024020-32.2021.5.24.0000</a> | 11.08.2022 |

|   |   |   |   |            |
|---|---|---|---|------------|
| 2 | <b>APLICAÇÃO DA SÚMULA 331, IV, V, E VI DO COLENDO TST, E DA LEI 8.666/93, NO QUE CON CERNE À RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ESTADO DE MS EM RELAÇÃO À GESTÃO CONTRATUAL COM A EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS.</b> | IRDR não admitido   | <a href="#">0024026-39.2021.5.24.0000</a> | 27.05.2021 |
| 3 | <b>GRUPO ECONÔMICO. POSSIBILIDADE OU VETO DE INCLUSÃO, NA FASE DE EXECUÇÃO, DE INTEGRANTE QUE NÃO PARTICIPOU DA FASE DE CONHECIMENTO.</b>   | IRDR não admitido   | <a href="#">0024373-38.2022.5.24.0000</a> | 27.10.2022 |
| 4 | <b>COMISSÕES. BASE DE CÁLCULO.</b>  | 1. É válido o ajuste, mediante cláusula contratual expressa, da base de cálculo das comissões sobre o valor à vista do produto, com exclusão de juros e demais encargos financeiros, ainda que a venda tenha sido concluída de forma parcelada; 2. Efetuada a venda pelo empregado, e, por conseguinte, entabulado contrato de compra e venda entre empregador e consumidor/cliente, são devidas comissões ao vendedor/empregado, ainda que a venda venha a ser cancelada ou o produto trocado. | <a href="#">0024156-58.2023.5.24.0000</a> | 27.07.2023 |
| 5 | <b>TRANSPORTE DE VALORES. EXPOSIÇÃO INDEVIDA. INDENIZAÇÃO POR DANOS EXTRAPATRIMONIAIS.</b>  | O transporte de valores por empregado, sem os requisitos previstos na Lei nº 7.102/1983, configura ato ilícito do empregador, que sujeita o empregado à situação de risco e enseja a obrigação de reparar o dano extrapatrimonial, independentemente (i) da frequência com que a atividade foi exercida; (ii) da ocorrência de fato concreto de consumação do risco ou (iii) da disponibilização de aparatos de segurança diferentes dos estabelecidos em lei.                                  | <a href="#">0024196-40.2023.5.24.0000</a> | 27.07.2023 |

|   |   |  |   |            |
|---|---|--|---|------------|
| 6 | <b>RESCISÃO INDIRETA DECORRENTE DA AUSÊNCIA OU IRREGULARIDADE DE DEPÓSITOS DO FGTS.</b>                     | a.1) A ausência ou irregularidade nos depósitos para o FGTS constitui falta grave a justificar a rescisão indireta do contrato de trabalho por iniciativa do empregado, em razão da justa causa dada pelo empregador, com fulcro no art. 483, "d" da CLT"; a.2) É desnecessária a imediatidade para rescisão indireta do contrato de trabalho pelo empregado, desde que a falta praticada pelo empregador, consistente na ausência ou irregularidade no recolhimento do FGTS, seja habitual, o que significa a renovação, mês a mês, da ilicitude, de forma inescusável;   | <a href="#">0024212-91.2023.5.24.0000</a> | 27.07.2023 |
| 7 | <b>DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EM ESTADO DE FALÊNCIA.</b> | A Justiça do Trabalho possui competência para processar e julgar o pedido de desconsideração da personalidade jurídica de sociedades empresárias em recuperação judicial, uma vez que o art. 82-A da Lei n. 11.101/2005: <b>a)</b> é aplicável apenas à hipótese de quebra (falência); <b>b)</b> não estabelece competência privativa do juízo da falência, esclarecendo, apenas, que para este afastar a autonomia patrimonial terá de observar o art. 50 do CC; <b>c)</b> não trata da disregard doctrine, mas da <b>extensão (total ou parcial) dos efeitos da falência aos sócios de responsabilidade limitada.</b>  | <a href="#">0024462-27.2023.5.24.0000</a> | 08.02.2024 |
| 8 | <b>CAIXA BANCÁRIO. DIREITO AO INTERVALO DE 10 MINUTOS A CADA 50 MINUTOS TRABALHADOS, COM BASE NA NR-17.</b> | 1. As condições à aquisição de direito previsto em cláusula do contrato individual de trabalho, de normativo interno do empregador, de acordo ou convenção coletiva de trabalho, como, por exemplo, a exclusividade ou a preponderância, não são exigíveis se não constarem expressa e literalmente do instrumento instituidor do referido direito;<br>2. Não é exigível a exclusividade ou a preponderância de serviços de digitação (entrada de dados) do caixa bancário para a aquisição do direito ao gozo do intervalo de dez minutos a cada cinquenta trabalhados, previstos em cláusula de normativo interno do empregador ou de acordo ou convenção coletiva de trabalho, à falta de registro expresso dessas condições. | <a href="#">0024536-81.2023.5.24.0000</a> | 26.06.2025 |

|    |   |  |   |            |
|----|---|--|---|------------|
| 9  | <b>PROTETOR AURICULAR COM PRAZO DE VALIDADE EXPIRADO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.</b>                     | IRDR não admitido  | <a href="#">0024039-33.2024.5.24.0000</a> | 13.03.2024 |
| 10 | <b>PROTETOR AURICULAR COM PRAZO DE VALIDADE EXPIRADO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.</b>                     | <p>1. Prazo de validade é o tempo máximo de garantia de eficácia do equipamento de proteção individual (CLT, 191, II).</p> <p>2. Prazo do Certificado de Aprovação (CA) diz respeito à fabricação e comercialização do produto.</p> <p>3. O EPI com o Certificado de Aprovação vencido não pode ser comercializado, mas pode ser utilizado, desde que adquirido dentro do prazo de validade do CA e até o dia da validade do produto estipulado pelo fabricante, este, sim, determinante para a sua inutilização.</p> <p>4. O fornecimento de EPI com validade expirada corresponde à entrega de equipamento destituído de eficácia para cumprir a sua finalidade.</p> <p>5. A eficácia concreta do EPI pode anteceder o prazo de validade, mas jamais a transcende.</p> <p>6. Expirado o prazo de validade, emerge a presunção absoluta de ausência de eficácia do EPI na elisão ou de redução dos efeitos do agente insalubre, ensejando o dever de pagar o corresponde adicional.</p> | <a href="#">0024333-85.2024.5.24.0000</a> | 17.10.2024 |
| 11 | <b>ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. EXPOSIÇÃO A RUÍDO. NEUTRALIZAÇÃO DOS EFEITOS NOCIVOS.</b>                  | "O Tema 555 do STF não é aplicável nas ações trabalhistas que versem sobre adicional de insalubridade pelo agente ruído".  | <a href="#">0024476-40.2025.5.24.0000</a> | 17.11.2025 |
| 12 | <b>ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH.</b> | <i>Aguarda julgamento</i>  | <a href="#">0024001-50.2026.5.24.0000</a> |            |